



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 2019

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3190026655

Vítima: ROGERIO BERTO DA SILVA

Data do Acidente: 17/08/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ROGERIO BERTO DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:

R\$ 0,00

Juros:

R\$ 0,00

Total creditado:

R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 =

R\$ 2.362,50

Recebedor: ROGERIO BERTO DA SILVA

Valor: R\$ 2.362,50

Banco: 104

Agência: 000001033

Conta: 0000059178-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
6ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CAAPORÃ  
Rua Augusto Correia Veloso, 56 – Centro CEP 58.326-000 Tel/Fax: (83) 3286 1402



**BOLETIM DE OCORRENCIA nº 010/2019**

**Versando sobre:** ACIDENTE DE TRANSITO  
**Data do ocorrido:** 17 de agosto de 2018  
**Hora e data que a Delegação tomou conhecimento:** 10/01/2019.  
**Local do ocorrido :** Sítio Capim de Cheiro

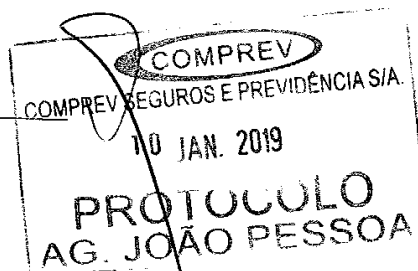
**COMUNICANTE:**

Nome: ROGERIO BERTO DA SILVA  
Nacionalidade: BRASILEIRA  
Naturalidade: Caaporã/PB  
Idade: com 33 ANOS DE IDADE  
Data de nascimento: 30/01/1985  
Estado Civil: solteiro  
Profissão: motorista  
Identidade nº: 3087344 SDS /PB  
CPF: 057 833 414 36  
Filiação: João Berto da Silva e de Antonia Alvínia Ferreira Correia  
Endereço: Rua Clemente Ferreira, 124, Centro, Cidade de Caaporã/PB.  
Telefone: (83) 9 9313 5307

**HISTORICO:** Que a notificante vem registrar que em data de 17/08/2018, quando pilotava a moto de marca Honda, tipo NXR 160 BROS ESD, Placa PCO 6643/PE, registrada no Detran/PE em nome de ARNALDO JOSÉ MESQUITA DA SILVA, pelo Sítio Capim de Cheiro, quando veio a desequilibrar e cair da referida moto, tendo sido socorrida pelo SAMU para o Hospital de Trauma da Capital, onde lá foi submetida a intervenção cirúrgica, conforme Laudo Médico, Boletim de entrada 1.102.207, CID 10 S 72.3, assinado pelo DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA, CRM 2516/PB, EXPEDIDO EM DATA DE 29/11/2018. Ciente da penalidade prevista no Artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica). Requer registro da ocorrência e respectiva certidão para fazer prova junto ao órgão competente.

*Rogério Berto da Silva*  
COMUNICANTE

*[Assinatura]*  
Escrivão de Polícia





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIREÇÃO TÉCNICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE ROGERIO BERTO DA SILVA  
DADOS DE NASCIMENTO 30/01/85  
NOME DA MÃE ANTONIA ALVINA FERREIRA CORREIA

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.102.207  
Nº PRONTUARIO 110.551  
DATA DO ATENDIMENTO 17/08/18  
HORA DO ATENDIMENTO 20:52  
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA  
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DA DIÁFISE DO FEMUR D  
CID 10 S 72.3

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta em que a mesma caiu por cima de sua perna D, apresentando relato de dor em membro inferior D, com imobilização local/Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

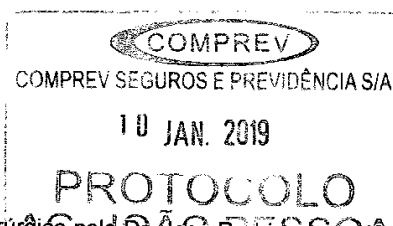
### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX da coxa D - AP e P  
RX da bacia - AP  
RX do joelho D - AP e P  
USG do abdome total - FAST

### TRATAMENTO:

Fratura da diáfise do femur D ao RX. Realizado internamento e tratamento cirúrgico pelo Dr. José Rodriguez no 1º tempo e pelo Dr. Jacques Paiva e Dr. Luiz Juvêncio no 2º tempo, todos da equipe da Ortopedia.

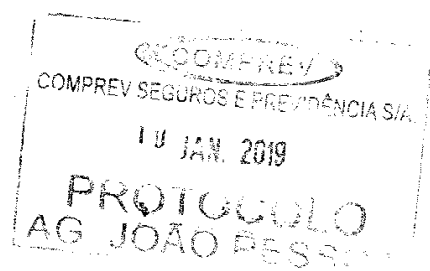
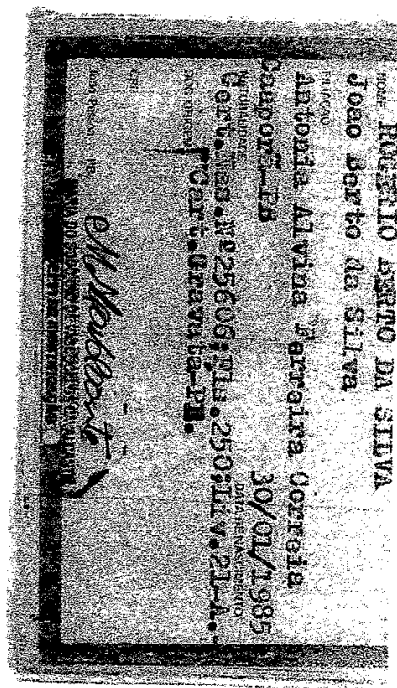
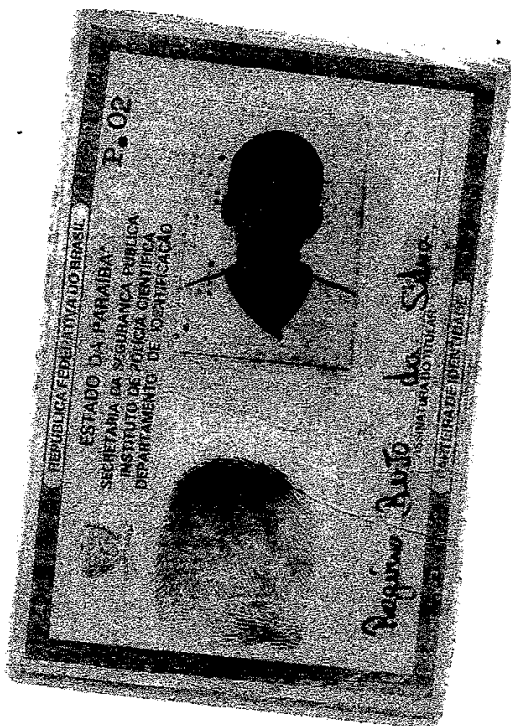
ALTA HOSPITALAR: 25/08/18  
DATA DA EMISSÃO: 29/11/18



DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA  
MÉDICO ORTOPEDISTA  
CRM: 2516/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO







**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Lima, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA
INFORME ESTABELECIDO
MATRICULA
10405186
REFERENCIA
NOV/2018

CONTA DE CONSUMO DE AGUA/ESGOTO E SERVICOS

RENATO FERREIRA DOS SANTOS  
RUA CLEMENTE FERREIRA, 124 - CENTRO CAAPORA PB  
58326-000

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
014.001.235.0073.000	000	1	0	0	0	
Hidrometro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
A00A102986	24/10/2008	EXTERNO	LIGADO	POTENCIAL		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
2229	2251	22	30	20/12/2018		
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. AGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.						
OUT/2018	23	PARAMETROS EXIG. ANALIS.		CONFORMES		
SET/2018	18	TURBIDEZ		0 0 0		
AGO/2018	21	CLORO		0 0 0		
JUL/2018	18	COL. TERMOT		0 0 0		
JUN/2018	16	COR		0 0 0		
MAI/2018	23	COL. TOTAIS		0 0 0		
MEDIA(M)	19	DADOS REFERENTES A: SET/2018				

DATA DA IMPRESSÃO: 21/11/2018 HORA DA IMPRESSÃO: 11:15:40

DESCRICAO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
AGUA		
RESIDENCIAL: 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 37,91 POR UNIDADE	10 M3	37,91
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3	10 M3	48,90
21 M3 A 30 M3 - R\$ 6,45 POR M3	2 M3	12,90
ESGOTO		

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 9,22 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 02/12/2018 Total a Pagar: R\$ 99,71



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

"QUANDO A INFANCIA E PERDIDA, NAO TEM JOGO GANHO"



**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
10405186	NOV/2018	02/12/2018	R\$ 99,71

82690000000 9 99710010014 5 01040518601 5 11201870003 2



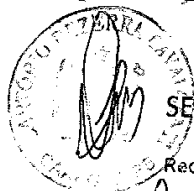
**COMPREV**

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

10 JAN. 2019

**PROTOCOLO**  
AG. JOÃO PESSOA





SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
BEZERRA CAVALCANTI

Reconheço por AUTENTICIDADE

indicadas(s) por seta(s) com minha rubrica  
Dou fé.

Caporá 10/01/2019  
Selo: HA 41555-5652

## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### OUTORGANTE:

Nome: Rogério Barte da Silva  
Nacionalidade: brasileiro Est. Civil: solteiro  
Profissão: motorista  
Identidade: 308734-9 CPF: 057.833.414-36  
Endereço: Rua Clemente Ferruz, 124, Bento, Coqueiros, Paraíba

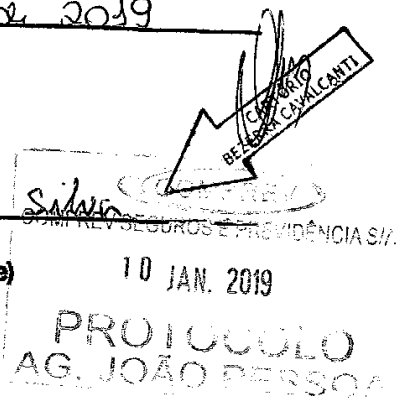
### OUTORGADO:

Nome: Joseane Ellen de Melo Feliciano  
Nacionalidade: brasileira Est. Civil: solteira  
Profissão: advogada  
Identidade: 2.569.321 SSP/PB CPF: 036.219.034-88  
Endereço: Rua Doutor Antonio Portet, 125, Bonfim, João Pessoa, Paraíba

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, a fim de requerer a indenização do Seguro Obrigatório-DPVAT para a vítima Rogério Barte da Silva

Coqueiros/PB, 10 de janeiro de 2019  
Local e data

Rogério Barte da Silva  
Assinatura do Outorgante  
(reconhecer firma por autenticidade)





**Poder Judiciário da Paraíba  
Corregedoria-Geral da Justiça  
PROVIMENTO 1**

**Datado e assinado eletronicamente.**

**Certifique e/ou conclusão.**

**Juiz(a) Corregedor(a)**



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE CAAPORÃ**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0800142-50.2019.8.15.0021**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: ROGERIO BERTO DA SILVA**

Advogado do(a) AUTOR: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO - PB13030

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

---

**DESPACHO**

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas rerepresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

Ademais, a experiência prática demonstra que as seguradoras não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

Caaporã, na data da assinatura eletrônica.





[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]  
**GABRIELLA DE BRITTO LYRA LEITÃO NÓBREGA - Juíza de Direito**



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE CAAPORÃ**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0800142-50.2019.8.15.0021**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: ROGERIO BERTO DA SILVA**

Advogado do(a) AUTOR: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO - PB13030

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

---

**DESPACHO**

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas rerepresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

Ademais, a experiência prática demonstra que as seguradoras não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

Caaporã, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]  
**GABRIELLA DE BRITTO LYRA LEITÃO NÓBREGA - Juíza de Direito**

